
SER Social

EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

Brasília, v. 20, n. 43, julho a dezembro de 2018

Centralidade da questão étnico-racial no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro/Neab no Ceará

Centrality of the ethnic-racial question in a Nucleus of
Afrobrasilian Studies (Neab) in Ceará

Letícia Sampaio Pequeno¹

Juliana Isaias Miranda²

Maria Zelma de Araújo Madeira³

1 Assistente Social. Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (Mass/Uece). Bolsista Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família (Nuafro/Uece). E-mail: leticiasampaiu@gmail.com.

2 Assistente Social. Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (Mass/Uece). Bolsista Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família (Nuafro/Uece). E-mail: juliana.isaias@yahoo.com.br.

3 Assistente Social. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Curso de Graduação em Serviço Social e Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (Uece). E-mail: zelmadeira@yahoo.com.br.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a trajetória acadêmica e histórica do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afro-Brasilidades, Gênero e Família (Nuafro) e suas contribuições como Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (Neab) no enfrentamento às desigualdades raciais no Estado do Ceará. O referido laboratório, vinculado à Universidade Estadual do Ceará (Uece), desenvolve atividades nos eixos ensino, pesquisa e extensão, com foco nos(as) alunos(as) do curso de Serviço Social, firmando parcerias com diversos atores sociais engajados na luta antirracista e anticapitalista. Este artigo estruturou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipo documental e bibliográfico, com ênfase nas produções teóricas que problematizam o racismo como estruturante das relações sociais em suas múltiplas manifestações. Conclui-se que, as ações do Nuafro são voltadas ao combate do silenciamento das relações étnico-raciais com destaque à importância do laboratório como elemento fomentador da formação profissional e da identidade étnico-racial.

Palavras-chave: questão étnico-racial; Neab; racismo.

Abstract: This article aims to present the socio-historical trajectory of the Laboratory of Studies and Research on Afro-Brazilians, Gender and Family (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidades, Gênero e Família (Nuafro) and its contributions as a nucleus of Afro-Brazilian Studies (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro-Neab) facing racial inequalities in the State of Ceará. This laboratory, linked to the State University of Ceará (Uece), develops activities in the teaching, research and extension axes, focusing on the students of the course of Social Service, establishing partnerships with various social actors engaged in the fight against racism and anti-capitalist. This article was structured as a research of a qualitative nature, of documentary and bibliographic type, with emphasis on theoretical productions that problematize racism as structuring of social relations in its manifold manifestations. In conclusion, it was aimed to highlight how Nuafro actions aimed at combating the financing of ethnic-racial relations and illustrate the importance of work as a fomenting element of vocational training and ethnic-racial identity.

Keywords: ethnic-racial; question; Neab; racism.

Introdução

O Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afro-Brasilidades, Gênero e Família (Nuafro) é o Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro (Neab) voltado ao estudo da questão étnico-racial e das suas inter-

secções com as relações de classe social, família, gênero, geração, diversidade sexual, cultura, movimentos sociais, direitos humanos, políticas públicas e políticas de ação afirmativa. Ao longo de sete anos, o Nuafro, da Universidade Estadual do Ceará (Uece), tem discutido e elaborado projetos e estudos acerca das temáticas das relações étnico-raciais em interface com as questões de gênero e de família no contexto cearense.

No decorrer desse período, o Nuafro esteve em constante diálogo com a Uece, por meio de grupos de estudos, de seminários, de rodas de conversa e de projetos de pesquisa e de extensão que articulam o papel acadêmico, a dimensão política e o caráter educativo por meio de atividades voltadas para grupos específicos, como os(as) jovens e mulheres negras, as comunidades quilombolas e os povos tradicionais, bem como o processo de implementação das cotas sociais e raciais.

Ao situarmos a discussão da questão étnico-racial no cenário cearense, buscamos problematizar as condições de vida da população negra em nosso estado, levando em consideração as suas particularidades. Tendo em vista as raízes históricas que configuram o debate da questão racial no Brasil, delineamos pontos basilares que demonstram a necessidade não apenas de problematizar, mas de encontrar novas formas de enfrentamento às desigualdades raciais.

Cabe destacar também os encontros sistemáticos semanais e os grupos de estudos quinzenais realizados pelo Nuafro, importantes atividades realizadas pelos/as pesquisadores/as, fortalecendo o caráter educativo do referido laboratório.

Neste artigo, pretendemos abordar, primeiramente, a trajetória histórica do Nuafro como um dos núcleos de estudo afro-brasileiro, no Estado do Ceará, abordando o método adotado, os procedimentos, os aspectos históricos e as singularidades do estudo. Em seguida, serão expostos os resultados e as discussões, em tópicos, trazendo a centralidade da questão étnico-racial nas ações educativas baseadas na articulação com os eixos de ensino, pesquisa e extensão. Entre elas, os seminários, as palestras, as rodas de conversa, os cinesdebates, com ênfase nos grupos de estudos, por ser uma atividade que

desde 2010 mobiliza a comunidade acadêmica em torno da discussão sobre a questão étnico-racial.

No tópico seguinte, apresentaremos a relevante produção acadêmica, com a exposição dos projetos de pesquisa e de extensão, assim como dos trabalhos de conclusão de curso e dissertações dos(as) pesquisadores(as). E por fim, discorreremos sobre a dimensão da inserção social desenvolvida em conjunto com movimentos sociais, com universidades e com outros parceiros. Destacam-se também as conferências estaduais da política de promoção da igualdade racial do Ceará, nas quais pesquisadoras do Nuafro contribuem significativamente.

A experiência do Nuafro como Neab no Ceará: trajetória histórico-metodológica

Para abordar a trajetória do Nuafro, é crucial indicar os procedimentos metodológicos deste artigo. Como natureza, adotamos a pesquisa qualitativa, a qual proporciona uma maior aproximação com as particularidades e com as subjetividades dos sujeitos. Diante disso, é essencial frisar que a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados, das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (MINAYO, 2008, p. 22).

Para a elaboração deste artigo foram imprescindíveis os dois tipos de pesquisa: a bibliográfica e a documental. Nessa perspectiva, foi realizada a pesquisa bibliográfica do material teórico pré-existente sobre as categorias analíticas: questão étnico-racial e racismo. Assim, materiais jornalísticos e fontes documentais fizeram parte desta caminhada, para que fosse possível verificar o que já foi construído sobre o laboratório.

Cabe frisar, no que tange às técnicas, que o levantamento bibliográfico e o documental foi uma das soluções para superar os desafios postos, já que as leituras e os diálogos com autores(as) possibilitam reafirmar o compromisso com a construção de uma sociedade sem racismo e sem qualquer forma de exploração e opressão.

Feito o informe sobre o método e os procedimentos, importa discorrer que a história do Nuafro sempre foi permeada pela necessidade que os(as) alunos(as) sentiram em criar um espaço de estudos e de pesquisas sobre as questões étnico-raciais. Isso porque no Curso de Serviço Social da Uece, assim como nos outros cursos, são raros os grupos sobre esta temática. Por conta disso, um grupo de estudantes entrou em contato com a professora Maria Zelma de Araújo Madeira⁴ visando construir, com a ajuda dela, um *locus* de estudo e de pesquisa. E foi assim que, no segundo semestre de 2010, foi constituído o Grupo de Pesquisa Relações Étnico-Raciais: Cultura e Sociedade, entidade que deu início à história do Nuafro.

Entre 2010 e 2012, vigorou a parceria com o Laboratório de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida),⁵ o qual funcionou como espaço físico durante esses anos. Em maio de 2012, percebeu-se a necessidade de um alargamento das discussões que perpassam a temática da questão étnico-racial e a ampliação de tal espaço acadêmico. Foram muitas disputas para conseguir um local para ser instalado o laboratório. Após reuniões e reivindicações, foi criado o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afro-Brasildade, Gênero e Família (Nuafro), cujo reconhecimento institucional foi efetivado com a Resolução nº 969/2013, de 06 de maio de 2013, que dispõe sobre a criação do Nuafro, do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Ceará (Consu/Uece).

4 Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial do Ceará (2015). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (2006). Professora do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Vice-coordenadora do Nuafro da Uece. Líder do Grupo de Pesquisa Relações Étnico-Raciais: cultura e sociedade da Uece. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/1832498331579131>.

5 O Labvida é um órgão vinculado ao Curso de Serviço Social, do Centro de Estudos Sociais Aplicados (Cesa), da Universidade Estadual do Ceará (Uece), criado pela Resolução nº 2.222/Cepe, de 21 de março de 2000, que dispõe sobre o Projeto de Criação do Labvida, e tem, como principal objetivo, se realizar como espaço de estudo e fomento à pesquisa e à extensão na área de Direitos Humanos, Cidadania e Ética, orientado pelas suas linhas de pesquisa, com a finalidade de repensar e (re)interpretar as relações humanas e sociais a partir das múltiplas dimensões culturais do viver em sociedade e das suas diferentes formas de manifestação e conflitualidade. A criação deste espaço busca contribuir de modo transdisciplinar para o debate acadêmico, voltado para a investigação e análise dos conflitos sociais. Disponível em: <<http://www.uece.br/labvida/index.php/o-que-e-labvida/historico>>. Acesso: 05/08/2017.

Nesse contexto, é importante evidenciar o cenário no qual o laboratório se dedica para intervenções com os segmentos populacionais que acumularam desvantagens ao longo dos séculos, nos quais, destacadamente, encontra-se a população negra. Durante muito tempo, os(as) negros(as) foram destituídos(as) de direitos sociais e civis, fato que comprova que o Brasil se atrasou no reconhecimento do seu preconceito, já que fomos o último país a abolir a escravatura e o primeiro a assumir uma democracia racial. (PEQUENO, 2015).

Importante inferir ainda que as desigualdades raciais possibilitam o entendimento da maneira como nossa sociedade lida com a questão étnico-racial e com o racismo. A ideia do país harmônico e mestiço ainda é evidenciada no Brasil, abrangendo três raças/etnias (branca, negra e indígena) que convivem de forma aparentemente amistosa. A consequência disso é um silenciamento em torno da questão étnico-racial, além da invisibilidade das condições de vida deles e/ou visibilidade estereotipada que despolitiza as desigualdades raciais do plano das relações sociais. (PEQUENO, 2015).

A professora Zelma Madeira, fundadora e coordenadora do Nuafro (2010-2015), recebeu o convite por parte do governador Camilo Santana, no começo de 2015, para dirigir a Coordenadoria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial do Ceará (Ceppir) – vinculada ao Gabinete do Governador – fato que mostra a visibilidade do laboratório e das discussões de igualdade racial levada a cabo, como também o reconhecimento no estado. O convite foi aceito e o período de transição para liberação/afastamento da professora da Uece durou de abril a junho de 2015.

Assim, por ter assumido o cargo, foi indicada para coordenadora do Nuafro, a partir dessa data, a professora Leila Maria Passos de Sousa Bezerra,⁶ e a professora Zelma Madeira assumiu a vice coor-

6 É professora efetiva do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (Uece) desde 2013. Integra o corpo docente do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Uece. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Desigualdades Sociais, Territórios e Margens Urbanas; Questão Social e sua expressão-limite da pobreza e extrema pobreza; Estado e Políticas Públicas Sociais; Violências contra Crianças e Adolescentes/ Violência Sexual Intrafamiliar; Sociedade Civil e Espaços Públicos; Cultura/Sociabilidade Contemporânea e Política. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8541436750893797>>.

denação, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos na Uece, para o Curso de Serviço Social, graduação e mestrado acadêmico, bem como para as ações de inserção social. No dia 27 de maio de 2015, foi publicada a Portaria nº 23/2015 de nomeação da nova coordenação do Nuafro-Cesa/Consu.

Em suma, a trajetória histórica do Nuafro é permeada por diversas ações coletivas que buscam legitimar o debate sobre a questão étnico-racial no âmbito acadêmico e comunitário, visto que desenvolve atividades no seio da universidade e das comunidades, promovendo o diálogo interseccional entre raça, classe, geração e gênero. Neste sentido, faz-se necessário ilustrar as principais ações e atividades protagonizadas pelo Nuafro.

Dimensão socioeducativa do Nuafro: atividades principais e ações plurais no combate ao racismo e às opressões

As atividades desenvolvidas pelo Nuafro, no campo educativo, envolvem parcerias firmadas entre diversos colaboradores dentro e fora da esfera acadêmica, proporcionando o fortalecimento, a visibilidade e a expansão do diálogo em torno da questão étnico-racial, muitas vezes encoberta pelo mito da democracia racial.

No Brasil, a ideia de democracia racial ganha legitimidade na década de 1930 a partir da produção literária de intelectuais, ligados a um projeto de Estado que se empenhava na construção de uma identidade brasileira. Nesse contexto, a obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala*, publicada no ano de 1933, tornou-se uma grande referência no debate sobre a convivência harmônica⁷ entre as “três raças”, brancos, negros e índios. Na ocasião, a figura do mestiço, resultado dessa mistura homogênea entre culturas tão distintas, torna-se um símbolo nacional. (SCHWARCZ, 1998).

7 A teoria da harmonia entre as raças é desconstruída por Florestan Fernandes, na década de 1960. No entanto, é sufocada pelo regime militar vigente que assume a democracia racial como palavra de ordem. Um pouco mais tarde, na segunda metade da década de 1970, durante o processo de “reabertura política”, os movimentos negros assumem um discurso antirracista e retomam o debate sobre a democracia racial como uma ideologia, como um mito. (KERN, 2014).

De acordo com Madeira e Costa (2012), a democracia racial, orientada pela existência de uma convivência harmônica entre os diversos grupos étnico-raciais, seria uma tentativa de mascarar os conflitos raciais na sociedade brasileira, deslocando-os para o âmbito da esfera individual de negros e negras “complexados(as)”. Ou seja, o racismo não é tratado como um problema que engendra toda a estrutura social, econômica, política e cultural brasileira, e sim como algo de fórum íntimo, particular e pessoal.

Apesar das teorias que sustentam o mito da democracia racial terem sido contrapostas por fortes evidências históricas e sociais que comprovam a existência do racismo na sociedade brasileira, a ideia de cruzamento harmônico entre as três raças permanece enraizada em nossa construção cultural. Nas palavras de Schwarcz (1998, p. 241): “Se o mito deixou de ser oficial, está internalizado. Perdeu seu estatuto científico, porém ganhou o senso comum e o cotidiano”. Em outras palavras, o mito da democracia racial não perdeu sua força ideológica.

Gonzales (1983) endossa a mesma ideia, ao afirmar que aqueles que criticam o imaginário de uma democracia racial são, por vezes, classificados como racistas, justamente pelo fato de porem “o dedo na ferida”, ao problematizarem o lugar que a população negra “naturalmente” ocupa na estrutura social brasileira, em especial no mercado de trabalho. Seguindo o mesmo raciocínio, Santos (2000) afirma que ser negro no Brasil é ser objeto de um olhar enviesado, em que a “boa sociedade” admite a existência de um lugar para os negros, desde que este lugar seja “lá embaixo”.

Com isso, no intuito de desnaturalizar e expor as formas como o racismo reverbera nas mais diversas relações sociais no Brasil, com ênfase no Estado do Ceará, o Nuafro propõe a construção de um espaço plural, integrado por diversos interlocutores, sejam eles pertencentes ao espaço acadêmico, sejam eles representantes da sociedade civil ou de movimentos sociais, incitando o compartilhamento de vivências, a socialização do conhecimento e o planejamento de ações voltadas para o fortalecimento da luta contra o racismo, a discriminação racial e outras manifestações de intolerância.

Neste sentido, destacamos algumas ações educativas mais relevantes desenvolvidas no percurso deste grupo, desde sua criação até o presente momento. Pontuamos, inicialmente, as duas edições realizadas do *Seminário Política de Ingresso e Inclusão na Universidade: Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e cotas*, realizado em junho de 2013 e fevereiro de 2014, em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), protagonizando o processo de discussão e de elaboração da proposta de adesão ao Enem, Sisu e cotas.

O Nuafro teve uma intervenção qualitativa durante o debate por meio da sistematização de dados do Censo Discente 2013.2, apresentando o perfil socioeconômico das(os) estudantes da Uece e seu pertencimento racial, comprovando que, em alguns cursos específicos (como medicina), não é comum a presença de estudantes negros e indígenas. A preocupação desse Neab foi dar visibilidade à necessidade de democratização da universidade pública, com ênfase na implementação de cotas de cunho racial.

Essa ação resultou na criação da Resolução nº 1.088/2014, a qual aprova a adesão da Uece, ao Enem, ao Sisu e ao Sistema de Cotas Sociais e Raciais. A Resolução estabelece ainda normas para sua operacionalização. A referida resolução representa uma grande conquista no âmbito educacional por evidenciar o debate sobre a inclusão dos estudantes ao ensino superior. Isto porque a questão da permanência universitária é um dos pontos mais urgentes a serem debatidos nessa nova forma de ingresso à universidade. Para o Nuafro, é necessário continuar realizando pesquisas e estudos sobre a política de cotas nas universidades, inclusive na Uece, para que novos elementos e reflexões sejam lançados, inclusive para formularmos material de conhecimento para os outros cotistas.

O intercâmbio com outras universidades brasileiras, no âmbito das trocas de saberes referentes às relações étnico-raciais é outra atividade contemplada pelo Nuafro, de que é exemplo a palestra proferida, em maio de 2013, pela professora Milena Fernandes Barroso,⁸

8 Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2014/2018). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas

da Universidade Federal da Amazônia (Ufam). Nesse encontro, direcionado aos/às integrantes do Nuafro, a professora socializou sua experiência de pesquisa de doutoramento com os povos indígenas da Amazônia, esclarecendo dúvidas sobre a construção do objeto de pesquisa, os procedimentos metodológicos usados, os objetivos traçados e a análise dos dados obtidos, estimulando assim a prática da investigação científica.

Outra importante atividade que merece destaque é o Grupo de Estudo intitulado *Relações Étnico-Raciais: Cultura e Sociedade*, criado em 2010. Trata-se de uma atividade de caráter contínuo, desenvolvida quinzenalmente. Nele, são discutidos textos, livros, artigos, documentários, curtas-metragens, previamente socializados por meio de grupos de e-mail e redes sociais, a fim de melhor ilustrar as categorias que abordam as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Ou seja, são levantadas discussões em torno do caráter estruturante do racismo no Brasil e de suas especificidades no Ceará.

A realização do *I Seminário Abolição Inacabada*, em 2014, teve por objetivo discutir as desigualdades raciais no Ceará e a forma como a discriminação racial, a exclusão e o racismo se reeditam no cenário contemporâneo. O evento contou com a participação de estudantes, de professores(as) e de interessados(as) na temática das relações étnico-raciais.

O planejamento e a efetivação do projeto *Tardes de diálogos plurais* surgiu em 2015, sob a coordenação da professora Leila Passos, com a finalidade de tornar-se um espaço de formação, estudos, debates, socialização de pesquisas e trocas de experiências sobre as relações étnico-raciais, as relações de gênero, família e diversidade sexual. Além disso, o debate em torno desses temas buscou estabelecer um diálogo transdisciplinar com o Curso de Serviço Social da Uece. Desta forma, visou à construção de um espaço plural, objetivando a participação de movimentos sociais, organizações não

(Ufam), Campus de Parintins. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade pela Ufam (2011), bacharel em Serviço Social pela Uece (2002). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5731736618829051>>.

governamentais (ONGs) e comunidade em geral, a respeito das temáticas abordadas na dinâmica do Nuafro.

É necessário destacar que todas essas iniciativas no campo educacional repercutem diretamente sobre a produção acadêmica dos(as) professores(as), dos(as) pesquisadores(as) e dos(as) bolsistas que integram este espaço. A investigação científica é constantemente incentivada como forma de dar consistência à discussão a respeito das desigualdades e vulnerabilidades que pesam sobre a população afrodescendente no Brasil.

A produção científica e a inserção social desenvolvida pelo Nuafro: centralidade da questão étnico-racial

Discutir o racismo no Brasil e as formas de enfrentá-lo é um desafio que os pesquisadores do Nuafro assumem por meio do planejamento e da realização de projetos de pesquisa e extensão, bem como por meio de uma produção acadêmica crítica, voltada para a construção do debate qualificado sobre as relações étnico-raciais no contexto histórico, econômico, cultural e político brasileiro, no qual a população negra está inserida.

É no funcionamento da sociedade que o racismo se revela como uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros, sem que haja necessidade de teorizar ou de tentar justificá-las pela ciência. (SANTOS, 2013, p. 28).

É por este motivo que a produção e a socialização do conhecimento científico são necessárias para que esses lugares de dominação e de inferioridade, ocupados pela população negra, sejam desmistificados e problematizados a partir da elaboração científica.

Em concomitância com o interesse na educação das relações étnico-raciais, todos os sete anos de existência foram marcados por vários projetos de pesquisa e de extensão. O primeiro projeto de pesquisa intitulado *A implementação da Lei nº 10.639, de 2003, nas escolas públicas de Fortaleza/Ceará: por uma educação das relações étnico-raciais*. A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, modi-

fica a Lei de Diretrizes e Bases, determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de todo o país. Esta lei tem o intuito de fazer com que as escolas possam resgatar o legado histórico dos africanos e da população negra nas áreas social, econômica, cultural e política da História do Brasil.

A partir da compreensão das dificuldades para a implementação da citada lei, o Grupo de Pesquisa em Relações Étnico-Raciais: Cultura e Sociedade, da Uece, considerou oportuno elaborar um projeto de pesquisa intitulado *A Implementação da Lei n. 10.639/2003, nas Escolas Públicas de Fortaleza/CE: por uma educação das relações étnico-raciais*, com os seguintes objetivos: investigar de que forma a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, está sendo implementada nas escolas; verificar como se apresentam as desigualdades étnico-raciais no contexto educacional; analisar como o racismo na escola e o mito da democracia racial estão presentes nas práticas pedagógicas e no cotidiano da escola; investigar os impasses e/ou aspectos facilitadores em efetivar a lei e compreender as práticas educacionais no que concerne à educação para as relações étnico-raciais.

A pesquisa concluiu a necessidade de uma pedagogia social e cultural, compreendida como uma teoria e prática educacionais que apostam na diversidade étnico-racial presente na nossa sociedade, concebendo as diferenças como riqueza, numa perspectiva da reciprocidade e não sinônimo de desigualdade, orientadas por uma formação do ser humano nas suas relações sociais. Apostar numa pedagogia inclusiva é fundamental na medida em que valoriza os saberes das classes populares, de homens e mulheres, dos grupos étnicos historicamente discriminados (negros e indígenas), configurando-se uma educação cidadã, democrática e inter/multicultural.

Neste artigo, não serão expostos detalhadamente todos os projetos que foram desenvolvidos na trajetória do Nuafro, mas é importante ilustrá-los para evidenciar a importância da atividade de pesquisa. A seguir, sistematizaremos em uma tabela os principais

projetos de pesquisa desenvolvidos no Nuafro. Na sequência, discorreremos, de maneira geral, sobre eles.

Tabela 1 – Relação dos projetos de pesquisa desenvolvidos

Ano	Projetos de Pesquisa
2017	Racismo institucional e desigualdades no sistema prisional do Estado do Ceará: análise na perspectiva dos agentes públicos
2016	A condição da mulher negra que vive com sofrimento psíquico: gênero e relações étnico-raciais na realidade de um Centro de Atenção Psicossocial (Caps), do município de Fortaleza/CE
2015	Democratização do acesso ao ensino superior: as políticas de ações afirmativas na Universidade Estadual do Ceará (Uece)
2014	Política de ação afirmativa na Uece: reflexões sobre a diversidade na universidade
2014	Reflexões sobre as práticas socioculturais e religiosas das comunidades quilombolas no Ceará: interface com os impactos dos empreendimentos da Petrobras no município de Horizonte/CE
2013	Comunidades quilombolas no Ceará em foco: impactos dos empreendimentos da Petrobras na preservação do patrimônio histórico-cultural
2013	Condição de vida das mulheres negras em Fortaleza: impactos da discriminação de gênero étnico-racial

Fonte: Produzida pelas autoras/2017

Pontuam-se também os projetos desenvolvidos, como o intitulado *Jovem e Negro(a): A Construção da Identidade Negra pelos Jovens da Periferia de Fortaleza*, outro denominado *Juventude, Pobreza e Relações Étnico-Raciais nas Margens Urbanas: As Versões de Jovens Moradores do Bairro Bom Jardim, Fortaleza/CE*, o qual contou com a parceria, a partir de 2015, do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). A referida instituição organizativa da sociedade civil é engajada na defesa dos direitos humanos na região do Grande Bom Jardim.

No que tange aos projetos de extensão, podem ser elencados: *Os Impactos da Discriminação de Gênero e Étnico-Racial na Vida das Mulheres Negras Acompanhadas pela Coordenadoria Especial* (2013), sob a coordenação da professora Zelma Madeira; *Condição*

Juvenil e Identidade Negra: Por uma Troca de Saberes com os Jovens da Periferia de Fortaleza (2013), sob a coordenação da professora Sandra Lima; e, por último, *Identidade e Práticas Socioculturais: Produção de Conhecimento e de Transformação nas Comunidades Quilombolas Lagoa do Ramo e Goiabeiras no Município de Aquiraz/CE* (2015), coordenado pela professora Zelma Madeira.

Os trabalhos de conclusão de curso (TCC) apresentados ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados (Cesa), da Uece, são exigidos como requisitos à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Desta forma, segue abaixo a relação de trabalhos defendidos, frutos do Nuafro:

Tabela 2 – Relação de trabalhos de conclusão de curso de integrantes do Nuafro

Nome	Título	Orientadora	Ano
Kelly Margareth Santos da Cunha	As manifestações das relações étnico-raciais no âmbito educacional: uma análise a partir da Escola Emeif Zaira Monteiro Gondim, em Fortaleza/CE	Prof ^a Zelma Madeira	2012
Daiane Daine Gomes	Discriminações de gênero e étnico-raciais: um olhar sob a interface com a Política de Assistência Social	Prof ^a Zelma Madeira	2013
Carlos Marcelo Silva Patrício	Na cadência do maracatu cearense: um ensaio acerca da construção da identidade étnica no maracatu Rei de Paus.	Prof ^a Zelma Madeira	2014
Letícia Sampaio Pequeno	Cores escondidas no silêncio dos dias: loucura, raça/etnia e classe social na realidade de “moradores” de um Hospital Psiquiátrico, em Fortaleza/CE	Prof ^a Zelma Madeira	2015
Brena Miranda	Identidade Negra versus Identidade Étnica: aspectos polissêmicos das comunidades quilombolas Lagoa do Ramo e Goiabeira, em Aquiraz/CE	Prof ^a Zelma Madeira	2015

Nome	Título	Orientadora	Ano
Gabriela Soares	A inserção do debate de gênero e das relações étnico-raciais na formação acadêmico profissional das(os) estudantes de Serviço Social da Uece	Prof ^a Zelma Madeira	2015

Fonte: Produzida pelas autoras/2017

Pode-se aferir também que a produção acadêmica do Nuafro ressoa sobre diversos estados e cidades, por conta da participação e da apresentação de trabalhos em eventos científicos, juntamente com as publicações de artigos científicos, em periódicos.

Acresce-se que as atividades do Nuafro não se restringem apenas ao espaço acadêmico. Elas também envolvem diversos protagonistas que unem forças em prol da luta antirracista e anticapitalista, reafirmando incansavelmente, nos mais diversos espaços de debate, que o racismo é estruturante das relações sociais no Brasil e, por isso, precisa ser identificado e combatido. Deste modo, outra dimensão interventiva realizada pelo Nuafro diz respeito a sua inserção social, consolidando alianças com órgãos governamentais e não governamentais, movimentos sociais, representantes da sociedade civil e grupos afins que apoiam e promovem ações antirracistas.

No ano de 2010, o Nuafro firmou parceria com o programa de Intercâmbio SIT – Study Abroad, a Program of World Learning,⁹ que consiste na tentativa de estabelecer a troca de saberes e uma maior integração entre os(as) alunos(as) da Uece, membros do Nuafro e estudantes intercambistas, vindos, na maioria, de universidades norte-americanas.

Nos encontros com o programa de intercâmbio, são proferidas palestras sobre temas como raça e gênero no projeto de descolonização, os efeitos perversos da colonialidade, e a discussão em torno da força dos movimentos sociais e o tema da justiça social, em que são ilustrados os movimentos sociais organizados, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento de

9 O programa tem como diretor-geral William Madison Calhoun Jr.

mulheres, movimento negro, movimento de mulheres negras, movimento ecológico, de indígenas, dentre outros.

Também merece destaque o Instituto Negra do Ceará (Inegra), uma ONG feminista e antirracista cujo projeto político é lutar contra o preconceito e a discriminação racial, sexista e de classe, propondo políticas públicas que contribuam para a promoção da igualdade de gênero, raça e classe. O Nuafro firmou parceria com o Inegra desde 2015. Atualmente, o Nuafro participa do projeto que o Inegra está desenvolvendo, desde agosto/2015, denominado *Pelas Asas De Maat: Ampliando o Acesso à Justiça das Mulheres em Situação de Privação de Liberdade no Ceará*, com o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Outro projeto que o Nuafro firmou parceria foi *Mulheres Negras: Quebrando os Laços das Novas Correntes*. O referido projeto teve duração de 18 meses, vigorando até outubro/2017.

O Nuafro, além de outras atividades, é responsável por desenvolver ações que se relacionam com o Mestrado Acadêmico em Serviço Social (Mass), visto que ambos executam atividades de pesquisa e de extensão voltadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outra união que promete bons frutos é a representação da professora Zelma Madeira como presidente do Conselho Estadual de Política de Igualdade Racial (Coepir), no período de 2016-2018, como um espaço coletivo de construção de políticas públicas e controle social, representando uma grande oportunidade de estreitamento do diálogo entre governo, universidade e sociedade civil, em prol da construção de uma política de promoção da igualdade racial.

O Conselho Estadual é um órgão colegiado de caráter normativo, consultivo e de deliberação colegiada, composto por representantes do governo e da sociedade civil, organizado com a finalidade de acompanhar e participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades, para assegurar as condições de igualdade à população negra, indígena, ciganos e de outros segmentos étnicos da população cearense. (PORTARIA GG nº 272/2016).

E por fim, destacamos, no ano de 2017, a construção da IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial: *Ceará da Igualdade Racial: Justiça e Desenvolvimento na Década dos Afrodescendentes* convocada pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, como um importante espaço de inserção social dos(as) integrantes do Nuafro, ao passo que promove a articulação entre governo estadual, grupos étnicos, movimentos sociais e representantes da sociedade civil em torno da discussão sobre a implementação de políticas públicas que atendam as demandas dos grupos historicamente discriminados: indígenas, quilombolas, povos de terreiro, população negra e ciganos(as).

As etapas macrorregionais contam com a participação dos(as) pesquisadores(as) do Nuafro na organização e na mediação dos grupos de trabalho, momento em que os participantes do evento se dividem em pequenos grupos para debater ações propositivas para a construção da Política de Promoção da Igualdade Racial. Além disso, a Conferência também celebra a Década dos Afrodescendentes, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2013, por meio da Resolução nº 68/237, com início em 1º de janeiro de 2015 e fim em 31 de dezembro de 2024, com o seguinte tema: “Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento”.

Em resumo, a centralidade da questão étnico-racial para o Nuafro consiste no protagonismo em ações de inserção social que pautam a luta antirracista, em parceria com atores sociais engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este empenho reflete-se na qualidade das produções teóricas, as quais visam destacar as potencialidades e os desafios enfrentados pela população negra do Brasil, bem como as vulnerabilidades e as formas de resistência presentes no cotidiano dos afrodescendentes.

Considerações finais

Durante a trajetória do Nuafro, o esforço em construir novas metodologias participativas com enfoque na população afrodescendente (mediante recursos interativos de vídeos, de debates e de seminários) permite uma variada troca de conhecimento e um rico diálogo

sobre os(as) negros(as) no Brasil, identificando suas potencialidades e suas estratégias de resistência contra as desigualdades de raça, de gênero e de classe.

Diante do exposto, é importante salientar que o Nuafro, enquanto um espaço de formação educacional, plural e democrático, busca sempre o fortalecimento das ações de fomento à pesquisa e sua ampla divulgação, como um instrumento necessário na luta contra as tentativas de silenciamento das relações étnico-raciais, e também contra as opressões que ferem os direitos da população afrodescendente.

Desse modo, consideramos tarefa dos profissionais, cujo objeto de intervenção é a questão social em suas múltiplas expressões, buscar ampliar o espaço dentro do campo institucional, em particular junto às políticas educacionais, para debater as desigualdades raciais e a garantia dos direitos de cidadania dos segmentos populacionais discriminados ao longo de mais de 500 anos. O tratamento analítico das relações étnicas pode representar um subsídio importante para o desenho, formulação e implementação de intervenção junto às políticas públicas que tenham como princípios a igualdade, a equidade e a justiça social. Contribui-se, dessa forma, para redefinir, reverter e alterar práticas sociais reiteradas de desigualdades, preconceitos e estereótipos que inferiorizam os diferentes grupos étnicos.

Artigo submetido em 12/10/2017 e aceito para publicação em 26/04/2018.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639/2003. **Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que por sua vez foi modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para**

incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, 2008.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 13/08/2017.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A., Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Revista Ciências Sociais Hoje**, n. 2, p. 223-244, 1983.

KERN, G. da S. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. **Revista Historiador**, n. 06, 2014.

MADEIRA, M. Z. de A.; COSTA, R. G. da. As relações étnico-raciais e a implementação da Lei nº 10.629/03 em Fortaleza, CE. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, n. 2, p. 329-339, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PEQUENO, L. S. **Cores escondidas no silêncio dos dias: loucura, raça/etnia e classe social na realidade de “moradores” de um hospital psiquiátrico em Fortaleza/CE**. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Fortaleza, CE: Uece. 2015.

PORTARIA GG nº 272/2016. **Edital de Convocação para a seleção de entidades da sociedade civil integrantes do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial** (Coepir), publicado em: 08/04/2016.

SANTOS, I. A. A. dos. **Direitos humanos e as práticas do racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

SANTOS, M. Ser negro no Brasil, hoje. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais. 2000. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2000/05/07/72/581253>>. Acesso em: 24/08/2017.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, L. M (Org.) **História da vida privada no Brasil**. V. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

UECE. Universidade Estadual do Ceará. Resolução nº 969/2013. **Cria o Laboratório Núcleo de Estudos de Pesquisas em Afro-Brasilidade, Gênero e Família (Nuafro) e aprova o seu regimento**. Conselho Universitário, de 06/05/2013.

UECE. Resolução nº 1.088/2014. **Aprova a adesão da Universidade Estadual do Ceará ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ao Sistema de Seleção Unificado (Sisu/MEC) e ao sistema de cotas e dá outras providências**. Conselho Universitário, de 04/08/2014.